

À procura de uma vibrante esfera pública da saúde através da análise da imprensa portuguesa

Looking for a vibrant public sphere of health through the analysis of the Portuguese press

FELISBELA LOPES & LUCIANA FERNANDES

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

felisbela@ics.uminho.pt; lucianagmf@gmail.com

Resumo:

Nos últimos anos, o campo da saúde tem vindo a suscitar uma crescente atenção dos *media*. Em Portugal e no estrangeiro. Esse interesse aumentou ao longo dos anos 80 (McAllister, 1992; Kline, 2006) e acentuou-se nos anos 90. Há quem fale mesmo numa “indústria em crescimento” (Schwitzer, 1992: 1969). Neste contexto, importa analisar, com profundidade, como se vem desenvolvendo o trabalho dos jornalistas neste âmbito. É essa indagação que procuramos fazer através do projeto “A Doença em Notícia” – PTDC/CCI-COM/103886/2008, tendo como corpus de análise os artigos publicados, desde 2008, nos jornais *Público*, *Jornal de Notícias* e *Expresso* que incidem sobre a temática da saúde, ou seja, um corpus de 7675 artigos noticiosos. De uma forma muito genérica, poderemos dizer que o nosso propósito é conhecer “quem fala aí do quê?”. Por outras palavras, procuramos conhecer os temas, a geografia dos acontecimentos, os géneros jornalísticos valorizados, as doenças mediatizadas, os ângulos de abordagem jornalística e, algo muito importante neste contexto, as fontes de informação. Em relação a estas últimas, interessa-nos saber onde são, qual a sua profissão/cargo, a que sexo pertencem e a forma como se apresentam no texto.

As conclusões do nosso trabalho apontam para uma abordagem da Saúde que assenta fundamentalmente em ângulos negativos, desenvolvidos em textos de tamanho médio, apresentados em género de notícia, que valoriza assuntos ligados à política e que ilumina preferencialmente acontecimentos com escala nacional. Embora os textos de saúde não falem muito de doenças, quando o fazem, salientam sobretudo a gripe e as doenças oncológicas. No que diz respeito às fontes, elas apresentam-se de forma identificada, são sobretudo homens que falam à escala nacional e que ocupam cargos oficiais ou que exercem profissões especializadas em lugares de chefia. Em cada texto, o jornalista não cita muitas fontes. Grande parte deles cita apenas uma fonte, um dos dados que suscita alguma reflexão sobre a qualidade do jornalismo desenvolvido no campo da saúde.

Palavras-chave:

Jornalismo de Saúde; tematização; fontes de informação; imprensa

“...Ultimately, if we are to address the socio-political determinants of health which make some people sicker and die more quickly, then informed media reporting that encourages the public to consider socio-political issues and advocate for social change is crucial” (Hodgetts et al., 2008: 63)

Este trabalho é resultado de uma investigação que teve início em 2008 e que ganhou outro fôlego a partir de 2010 com a criação do projeto “A Doença em Notícia”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CCI-COM/103886/2008). Neste texto, apresentamos os resultados da análise dos artigos jornalísticos de saúde publicados em três jornais portugueses entre 2008 e o primeiro semestre de 2012¹. Os títulos escolhidos foram os seguintes: *Público* (diário de referência sediado em Lisboa), *Jornal de Notícias* (diário popular sediado no Porto) e *Expresso* (semanário de referência sediado em Lisboa), agregando-se, assim, jornais com distintas periodicidades, políticas editoriais e localizações geográficas. A seleção foca-se nos cadernos principais das três publicações, excetuando-se as secções locais dos mesmos (no caso do *Expresso*, seleccionámos apenas o primeiro caderno).

Ao longo destes nove semestres, os três jornais deste estudo publicaram 7675 artigos sobre a saúde, tendo sido o *Jornal de Notícias* o título com mais textos (4025 peças jornalísticas). Com o evoluir do tempo, verificou-se um aumento do número de artigos sobre este campo. Dos 1405 artigos do ano 2008, passou-se para 1890 textos noticiosos em 2011. No primeiro semestre de 2012, contam-se já 1370 artigos, antevendo-se, deste modo, um novo crescimento da mediatização dos assuntos de saúde.

Os órgãos de comunicação em análise evidenciam uma agenda que opera essencialmente de forma reativa. É elevado o número de textos que reporta acontecimentos do dia anterior. Nesta noticiabilidade que não se desenvolve de forma proativa, também não se aposta no desenvolvimento de assuntos em forma de reportagem ou de entrevista. Prefere-se a notícia que é apresentada em textos de extensão média. Os títulos tendem a fazer-se em registo negativo ou então apresentam-se de forma ambígua ou neutra. Os títulos positivos reúnem apenas uma percentagem de 22,4% dos artigos, o que se entende devido ao facto de os valores-notícia que o jornalismo privilegia serem aqueles que se caracterizam pela rutura, pela falha, pela disrupção... O registo positivo assume percentagens mais expressivas quando isolamos as temáticas da Prevenção, que se torna muitas vezes notícia através de iniciativas que os atores de saúde promovem, ou a investigação, declinada muitas vezes em forma de descobertas científicas.

Não é de críticas que se faz este balanço da mediatização da saúde ao longo destes anos. Numa altura em que os jornais portugueses estão numa crescente perda de espaço noticioso, é de salutar o facto de a saúde ter conquistado terreno. Também é digno de nota os títulos analisados disporem de jornalistas que habitualmente seguem este campo, o que os vai tornando especializados nos assuntos que tratam. Pena é que esse jornalismo não seja mais proativo; que os textos não sejam mais extensos e, assim, com mais contextualização; que os géneros jornalísticos não sejam mais diversificados e as fontes citadas mais numerosas, falhas já apontadas anteriormente (Lopes et al., 2012c) quanto aos dados do triénio 2008-2010.

1 - As políticas de saúde como tema prioritário

Apesar de serem vários os temas abordados no campo da saúde, as Políticas da Saúde é o que suscita mais atenção dos jornalistas, reunindo quase 33% da totalidade dos textos publicados. Seguem-se os Retratos de Situação, com 20,5%. Pormenorizando mais a tematização, constata-se que as Decisões

¹ De fora deste eixo temporal ficou o mês de agosto, pela atipicidade do noticiário produzido.

Políticas são, em quase todos os anos, as que mais se destacam entre os restantes subtemas² das Políticas de Saúde, com percentagens que variam entre os 40,1 de 2011 e os 47,6 em 2008. A exceção regista-se no primeiro semestre de 2012, período durante o qual se deu mais atenção à categoria (Re) Organização/gestão/fecho/disfuncionalidades de serviços. O ano de 2012 tem, efetivamente, sido profícuo em assuntos que abordam o fecho ou reorganização de serviços, inerentes à recente conjuntura económica portuguesa.

A evolução anual dos temas regista algumas exceções à tendência de valorização das Políticas. Em 2009, nota-se uma assinalável visibilidade das Situações de Alarme/Risco, explicada pela grande atenção mediática que a Gripe A suscitou. Os números dos anos 2008, 2010, 2011 e 2012 (131, 69, 99 e 86 artigos publicados, respetivamente) são bem inferiores ao número de artigos publicados em 2009 (527), o que nos levou já a falar noutros trabalhos numa doença que foi, acima de tudo uma “pandemia mediática” (Lopes, Ruão & Marinho, 2010). Já em 2010, as Políticas de Saúde são ligeiramente suplantadas pelos Retratos de Situação, tema que integra diversos assuntos: publicação de dados estatísticos, comemorações de dias mundiais ou nacionais de uma certa doença, etc..

Em contraponto, o tema menos mediatizado continua a ser a Prevenção (Lopes *et al.*, 2012c; Gomes, 2012), com 247 artigos publicado nos nove semestres, que representam 3,2% do total de artigos publicados desde 2008 até fim de junho de 2012.

| Ano Temas | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|------------------------------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Investigação | 12,2 | 171 | 6,3 | 90 | 8,9 | 141 | 12,8 | 241 | 12,3 | 168 | 10,6 | 811 |
| Prevenção | 4,5 | 63 | 4,2 | 60 | 2,3 | 36 | 2,3 | 43 | 3,3 | 45 | 3,2 | 247 |
| Retratos de situação | 16,9 | 237 | 26,0 | 370 | 33,3 | 528 | 15,5 | 293 | 10,4 | 143 | 20,5 | 1571 |
| Situações de alarme/risco | 9,3 | 131 | 37,0 | 527 | 4,4 | 69 | 5,2 | 99 | 6,3 | 86 | 11,9 | 912 |
| Práticas clínicas e tratamentos | 11,5 | 162 | 4,8 | 69 | 7,3 | 115 | 11,0 | 207 | 13,5 | 185 | 9,6 | 738 |
| Negócios e economia | 5,1 | 71 | 3,8 | 54 | 13,1 | 208 | 11,8 | 223 | 13,7 | 188 | 9,7 | 744 |
| Políticas | 38,3 | 538 | 17,1 | 244 | 30,2 | 479 | 38,4 | 726 | 39,5 | 541 | 32,9 | 2528 |
| Outros | 2,3 | 32 | 0,6 | 9 | 0,6 | 9 | 3,1 | 58 | 1,0 | 14 | 1,6 | 122 |

Tabela 1 – Temas dos artigos por ano (percentagem [%] e número [N] de artigo)³

Ao acrescentar a variável jornal, salientam-se algumas alterações por comparação com os dados gerais. Em 2008, 2010, 2011 e 2012, o *Público* encontra nas Políticas de Saúde o tema que mais se salienta em relação a todos os outros (40,8%; 31,6%; 40,5%; 37,4%; respetivamente). No entanto, em 2009, as Situações de Alarme e Risco não se destacam, como ocorre em termos gerais, na medida em que apenas somam 22,4% dos textos e sucedem aos Retratos de Situação e às Políticas de Saúde. No *Jornal de Notícias*, as Políticas de Saúde têm grande relevância em 2008, 2011 e 2012, mas em 2009 salientam-se as Situações de Alarme/Risco (48,1%) e, em 2010, os Retratos de Situação (35,5%). A este nível, o *Expresso* também acompanha a tendência geral, à exceção de 2011, ano em que há uma distribuição equilibrada entre os Retratos de Situação (27,7%) e as Políticas de Saúde (26,1%). Os dados gerais do semanário

² O tema das Políticas de Saúde divide-se em vários sub-temas: Decisões Políticas; Inaugurações/Criação de serviços/Instalações/Centros de Investigação; (RE)Organização/gestão/fecho/disfuncionalidades de serviços; Situação de classes; Ações de cidadania (protestos); Ações de cidadania (positivas).

³ Os dados referentes ao ano 2012 incluem apenas o primeiro semestre.

apontam para uma preferência pelas Políticas (25,9%) mas com uma incidência menor daquela registada a nível global (32,9%).

2 – A saúde numa perspetiva nacional

Na imprensa portuguesa, o retrato da saúde esboça-se com acontecimentos à escala nacional, ou seja, os eventos, mais do que decorrerem em locais específicos, reportam realidades que afetam todo o país.

Nacional Global:

- “Ministério descobriu 500 médicos mortos nas bases de dados das unidades de saúde portuguesas”. *Público*, 1 de outubro de 2011
- “Infarmed ordena suspensão de fármaco”. *Jornal de Notícias*, 7 de junho de 2011
- “Taxas moderadoras sobem e desce desconto no IRS”. *Expresso*, 7 de maio de 2011

Quando se especifica uma região, privilegia-se aquilo que se passa na capital do país: 14,9% dos artigos reportam realidades da região de Lisboa e Vale do Tejo. A região Norte também capitaliza alguma notoriedade, reunindo 14,1% dos artigos. Tanto o *Público* como o *Expresso* (com redação central na região de Lisboa) seguem esta tendência. O diário da *Sonae* soma 15,8% dos textos espelhando acontecimentos da capital e 8,2% com aquilo que se passa mais a Norte. No *Expresso*, Lisboa ocupa 18,3% dos textos e o Norte apenas 2,4%. Já o *Jornal de Notícias* (com redação principal no Porto) inverte a geografia dos seus artigos: 20,2% dos eventos ligados à saúde ocorrem a Norte e apenas 13,7% reportam factos da região de Lisboa e Vale do Tejo, diferença que aponta para a influência da localização das redações na cobertura noticiosa. As regiões portuguesas marginalizadas situam-se, tanto numa perspetiva geral como em cada jornal, no Alentejo e nos arquipélagos da Madeira e Açores.

| Local | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|---------------------------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Nacional Global | 35,6 | 499 | 49,7 | 706 | 46,8 | 741 | 46,8 | 884 | 44,4 | 608 | 44,8 | 3438 |
| Norte | 10,3 | 145 | 8,0 | 113 | 12,9 | 204 | 18,2 | 344 | 20,1 | 275 | 14,1 | 1081 |
| Centro | 5,4 | 76 | 3,4 | 49 | 4,8 | 76 | 6,6 | 124 | 6,9 | 95 | 5,5 | 420 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 20,4 | 286 | 11,1 | 158 | 17,4 | 276 | 12,8 | 241 | 13,0 | 178 | 14,9 | 1139 |
| Alentejo | 1,1 | 15 | 0,7 | 10 | 0,9 | 14 | 0,1 | 1 | 0,3 | 4 | 0,6 | 44 |
| Algarve | 1,4 | 20 | 0,6 | 8 | 1,0 | 16 | 1,1 | 20 | 0,1 | 2 | 0,9 | 66 |
| Ilhas | 0,4 | 6 | 0,1 | 2 | 0,2 | 3 | 0,5 | 10 | 0,7 | 10 | 0,4 | 31 |
| Internacional global | 3,4 | 47 | 7,2 | 103 | 3,5 | 55 | 2,8 | 53 | 2,8 | 39 | 3,9 | 297 |
| América do Norte | 3,3 | 46 | 3,9 | 56 | 2,4 | 38 | 1,7 | 32 | 1,9 | 26 | 2,6 | 198 |
| América do Sul | 0,6 | 8 | 0,1 | 2 | 0,0 | 0 | 0,6 | 12 | 0,5 | 7 | 0,4 | 29 |
| Ásia e Oceânia | 0,4 | 6 | 0,6 | 9 | 0,1 | 1 | 0,3 | 5 | 0,3 | 4 | 0,3 | 25 |
| Europa | 6,2 | 87 | 5,0 | 71 | 3,3 | 52 | 4,4 | 84 | 4,5 | 61 | 4,6 | 355 |
| África | 1,1 | 16 | 0,7 | 10 | 0,2 | 3 | 0,4 | 7 | 0,2 | 3 | 0,5 | 39 |
| Internacional e Nacional Global | 4,7 | 66 | 6,5 | 93 | 5,4 | 85 | 2,9 | 55 | 1,8 | 25 | 4,2 | 324 |
| América Central | 0,1 | 1 | 0,1 | 1 | 0,1 | 2 | 0,1 | 1 | 0,0 | 0 | 0,1 | 5 |
| Outra | 0,0 | 0 | 0,1 | 2 | 0,4 | 7 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,1 | 9 |
| Sem indicação de local | 5,6 | 78 | 2,0 | 28 | 0,8 | 12 | 0,9 | 17 | 2,4 | 33 | 2,2 | 168 |

Tabela 2 – Geografia dos artigos por ano (percentagem [%] e número [N] de artigo)

A nível internacional, a Europa prevalece como local que suscita mais atenção dos jornalistas que escrevem sobre saúde. Seguem-se os acontecimentos com uma escala global, os que cruzam as realidades nacional e internacional e, finalmente, os que reportam factos oriundos da América do Norte. Em contraposição, o hemisfério Sul quase não tem grande representatividade nos assuntos ligados à saúde. No *Jornal de Notícias*, de conhecida preferência regional, os assuntos internacionais são publicados em percentagens reduzidas, quando comparadas com a tendência geral.

Apesar de não ser um número muito expressivo de textos, importa referir que 168 artigos não indicam o local dos acontecimentos reportados. Isso acontece mais nos diários do que no semanário, na medida em que neste último há apenas quatro artigos com esta falha.

3 – As doenças em notícia

Temos vindo a constatar noutros trabalhos que, na mediatização da saúde, a doença não é assunto privilegiado (Lopes *et al.*, 2012a; 2012b; 2012c; 2011). Atualizando este diagnóstico, os dados de 2012 não acrescentam qualquer elemento novo, já que os resultados totais evidenciam que apenas 33,9% dos artigos referem uma doença específica. Saliente-se que, em 2009, a mediatização da gripe A foi de tal forma hegemónica que esse domínio acabou por se reflectir nos dados globais do nosso estudo. No período aqui considerado, a gripe também reúne o maior número de textos (708 artigos que representam 27,2% das doenças mediatizadas). A seguir, surgem as doenças oncológicas que suscitam igualmente assinalável interesse mediático, somando 16,9% dos textos que referem uma enfermidade. A SIDA é a terceira doença que maior cobertura desencadeia nos jornais analisados, com uma percentagem de 5,8%. Concentrando a atenção em cada ano (ver Tabela 3), regista-se uma evolução distinta na percentagem de textos que falam de doenças. O ano de 2009 é aquele que reúne números mais expressivos e isso resulta da hipermediatização da gripe A. Em média, ao longo de 2009, a imprensa nacional apresentou um noticiário diário sobre a gripe A, criando, desse modo, um impressionante efeito de “agenda-setting” que orientava os leitores, e consequentemente a opinião pública, para aquilo que interessava pensar e debater. Procedendo à tematização, categorização e hierarquização, os jornais iam ditando sobre o que pensar, como pensar e que importância conceder a esta doença.

| Ano Jornais | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|---------------------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| <i>Público</i> | 32,4 | 223 | 54,1 | 316 | 23,2 | 149 | 25,1 | 184 | 28,1 | 139 | 32,2 | 1011 |
| <i>Jornal de Notícias</i> | 29,3 | 177 | 67,3 | 488 | 20,8 | 176 | 30,9 | 321 | 28,6 | 232 | 34,6 | 1394 |
| <i>Expresso</i> | 29,2 | 33 | 55,2 | 64 | 38,9 | 37 | 31,9 | 38 | 36,4 | 24 | 38,5 | 196 |
| Total | 30,8 | 433 | 60,9 | 868 | 22,8 | 362 | 28,7 | 543 | 28,8 | 395 | 33,9 | 2601 |

Tabela 3 – Doenças por ano, considerando o total do corpus e cada jornal (percentagem [%] e número [N] de artigos)

Assim, o ano da gripe A é uma clara exceção que ainda continua a persistir, já que os textos que mencionam doenças ascendem, nesse período, aos 60,9 valores percentuais, ou seja, mais de metade dos artigos publicados em 2009 faziam menção a esta e outras doenças. No decorrer do ano foram publicados 588 artigos sobre gripe, 77 sobre cancro, 29 sobre SIDA e 23 sobre doenças oftalmológicas. Apesar de todos os periódicos darem destaque à gripe, é o *Jornal de Notícias* que o faz com maior expressividade, contando com mais de metade dos textos publicados sobre a doença.

Nos restantes anos, há uma persistência do cancro como doença mais mediatizada, distribuindo-se as enfermidades do seguinte modo:

- 2008: cancro (81 textos), obesidade (39 textos), SIDA (39 textos), oftalmológicas (25 textos); podemos ainda mencionar que todos os periódicos seguem esta tendência de mediatização preferencial do cancro.
- 2010: cancro (78 textos), gripe (59 textos), SIDA (42 textos), oftalmológicas (20 textos); vendo separadamente os jornais, nota-se que o *Expresso* continua a seguir a gripe com maior atenção do que as restantes doenças, enquanto os diários optam pelo cancro, à semelhança dos dados gerais.
- 2011: cancro (108 textos), transplantes (59 textos), E.Coli (54 textos), SIDA (34 textos); na análise isolada de jornais, as três publicações valorizam o cancro.
- 2012 (apenas o primeiro semestre): cancro (95 textos), várias doenças abordadas num mesmo artigo (34 textos), transplantes (28 textos), mentais (26); também neste ano os jornais seguem a primeira tendência.

Percorrendo este período, poder-se-ão isolar três estudos de caso:

- a gripe A. A 21 de junho de 2009, ainda com os *media* a noticiarem exaustivamente aquilo a que a OMS decretou ser uma pandemia, um dos jornais aqui em análise, o *Público*, publicava uma extensa reportagem com o seguinte título: “Gripe? Isso é uma invenção do Governo!”. Esta não foi uma frase proferida em Portugal. Pertence a uma cidadã mexicana da Riviera Maia que, no texto, se torna mais explícita: “É uma mentira do Governo (...) senão por que não teríamos aqui nem doentes, nem mortos?” As afirmações serão certamente excessivas, mas, passado este tempo, encerram em si sinais preocupantes, nomeadamente dirigidos à classe jornalística que aderiu acriticamente ao discurso das fontes oficiais construindo em conjunto uma verdadeira *pandemia mediática*. Porque ninguém ousou quebrar a hegemonia de um discurso dominante que os *media* fizeram alastrar sem investirem muito no princípio do contraditório.
- a E.Coli. Ao longo deste surto que surgiu na Alemanha em maio de 2011, a imprensa portuguesa desenvolveu um processo noticioso baseado em probabilidades. Num dia, escreveu-se que tudo “teve origem em pepinos de Espanha comercializados no mercado central de Hamburgo” (*JN*, 27 de maio de 2011), no dia seguinte noticiava-se já isto: “Parece improvável que pepinos espanhóis exportados sejam a origem, como foi noticiado, do foco infeccioso que atingiu centenas de pessoas, matando seis, no Norte da Alemanha”. E esta incerteza manteve-se até julho, altura em que este tópico desapareceu dos palcos mediáticos. Não seria este avanço/recuo o esperado das fontes oficiais que, principalmente na Alemanha, se precipitam em convicções que rapidamente se transformam em dúvidas. Por outro lado, os jornalistas, ao citarem acriticamente aquilo que fontes de informação com cargos públicos anunciam, foram adensando o medo das populações que rapidamente diminuíram o consumo de certos vegetais (Reynolds & Seeger, 2005; Chong, 2006; Paek *et al.* 2008).
- Os transplantes. Em 2011, a mediatização dos transplantes teve alguns casos mediáticos a seu favor, como o do filho do jogador da seleção portuguesa de futebol, Carlos Martins; ou do irmão do antigo primeiro-ministro José Sócrates (Lopes *et al.*, 2012a).

4 – As vozes da saúde em notícia

4.1 – A presença das fontes de informação nos artigos sobre saúde

As notícias sobre saúde constroem-se, habitualmente, com recurso a fontes de informação. A percentagem de artigos onde a sua presença não se torna visível é mínima (2,3% dos textos). Por outro lado, constata-se que os jornalistas não recorrem a um número variado de fontes. No geral, os jornais em análise usam apenas uma ou duas fontes por artigo, fazendo isso em mais de metade dos artigos. Como já tivemos a oportunidade de sublinhar noutro trabalho sobre fontes de informação (Lopes *et al.*, 2012c: 156), o alargamento do número daqueles que falam será, por certo, uma mais-valia para escrutinar a qualidade da informação fornecida por uma determinada fonte. Quando se ouve apenas uma pessoa ou se escreve a partir de um único documento, abre-se somente espaço a uma visão daquilo que se trata. O jornalismo ambicionará ser mais abrangente, fazendo o contraditório, acrescentando dados complementares, promovendo a introdução de novas e imprevistas visões...

Olhando os diários, o *Jornal de Notícias* (com linha editorial popular) é o periódico que menos fontes usa em cada artigo. Durante o período em análise (à exceção de 2009), registam-se mais de 40% de artigos com apenas uma fonte. Por seu turno, o *Público* recorre a uma fonte em 25,8% dos seus artigos, percentagem que sobe no uso de duas fontes (27,9%) e de quatro ou mais fontes (27,1%). Já o *Expresso* parece aproveitar a periodicidade semanal para alargar o número daqueles a quem dá voz em cada texto noticioso: mais de metade dos seus artigos (50,6%) apresenta quatro ou mais fontes e apenas 22% recorrem apenas a uma fonte. Introduzindo a variável tamanho, o número de fontes cresce à medida que a extensão dos textos aumenta.

| Identificação das fontes | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Identificada | 86,6 | 2809 | 86,3 | 3221 | 84,0 | 3228 | 85,9 | 3878 | 84,2 | 2858 | 85,4 | 15994 |
| Não identificada | 12,0 | 390 | 13,4 | 499 | 15,9 | 611 | 13,5 | 607 | 14,4 | 488 | 13,9 | 2595 |
| Anónima | 1,3 | 43 | 0,3 | 13 | 0,1 | 5 | 0,6 | 27 | 1,5 | 50 | 0,7 | 138 |

Tabela 4 – Identificação das fontes por ano (percentagem [%] e número [N] de fontes)

No que diz respeito à identificação das fontes (ver Tabela 4), constata-se que os jornalistas tendem a identificar aqueles de quem apresentam citações. Isso significa que o número de fontes não identificadas ou anónimas é reduzido. Devemos, contudo, sublinhar um aumento das fontes anónimas de 2008 para 2012. O *Público* é quem mais identifica as suas fontes, seguido do *Jornal de Notícias* e do *Expresso*. É o semanário que mais recorre às fontes anónimas, apesar de ter reduzido o seu uso de 2008 (14,1%) para 2012 (2,2%). Tomando em consideração as fontes não identificadas, o *Jornal de Notícias* é o que apresenta uma percentagem mais expressiva (15,8%) seguido do *Expresso* (15,4%) e do *Público* (11,7%). Estas são as fontes sobre as quais se conhece a proveniência (por exemplo: Ministério da Saúde, Infarmed, Hospital de São João), mas cujo nome o jornalista oculta. É ainda frequente a identificação incompleta das fontes a nível da profissão ou do cargo que ocupam em determinada instituição.⁴

⁴ Exemplos:

- "Bacteriologista Miguel Viveiros", *Expresso*, 21 de março de 2009
- "Mário Carreira, da Direcção-Geral de Saúde", *Público*, 26 de abril de 2008
- "Fernando Araújo, da Administração Regional de Saúde do Norte", *Jornal de Notícias*, 29 de fevereiro de 2008

4.2 – O teto de vidro ainda é válido no jornalismo da saúde

Victoria Camps (1998) acredita que o século XXI será das mulheres. Se tomarmos os jornais analisados como um reflexo do tecido social, esta otimista premissa não se cumpre. Os artigos noticiosos da nossa amostra incorporam uma percentagem elevada de vozes declinadas no masculino. Olhando os dados da Tabela 5, vemos que as diferenças entre homens e mulheres são expressivas, havendo uma evolução constante desta diferença, apesar de se registarem pequenas flutuações de ano para ano. As mulheres falam menos de 20% das vezes ao longo destes quatro anos e meio de análise. O *Expresso* é o jornal onde se encontram mais interlocutores do sexo feminino, mas, com o passar dos anos, essa percentagem desceu substancialmente (de 25,9% de 2008 passou para 16,9% em 2012). No *Público* há um decréscimo tanto nas fontes masculinas como femininas, o que implica uma transferência para as fontes não-pessoais. No *Jornal de Notícias*, depois de um aumento de 2008 para 2009 e 2010, a percentagem de fontes femininas cai nos anos subsequentes.

Ao sublinhar a percentagem expressiva das fontes não-pessoais (*media*, documentos, *sites*), há que destacar a citação dos *media*, havendo uma espécie de estrutura circular de informação, ou seja, meios de comunicação que citam outros meios de comunicação social. Também as chamadas fontes coletivas (Ministério da Saúde, DGS, Infarmed, etc.) merecem uma chamada de atenção especial por não explicitaram de forma precisa quem fala.

| Ano Gênero das fontes | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Masculina | 49,3 | 1506 | 51,1 | 1629 | 43,2 | 1595 | 44,1 | 1989 | 45,5 | 1545 | 46,3 | 8264 |
| Feminina | 19,0 | 580 | 23,3 | 741 | 20,4 | 755 | 15,6 | 705 | 13,3 | 452 | 18,1 | 3233 |
| Coletiva | 9,9 | 301 | 15,1 | 482 | 10,3 | 382 | 9,4 | 426 | 10,1 | 344 | 10,8 | 1935 |
| Não-pessoal | 19,8 | 605 | 7,7 | 245 | 20,9 | 772 | 27,9 | 1257 | 28,1 | 953 | 21,5 | 3832 |
| Não indicado | 2,0 | 60 | 2,7 | 89 | 5,2 | 190 | 3,0 | 135 | 3,0 | 102 | 3,2 | 576 |

Tabela 5 – Gênero das fontes por ano (percentagem [%] e número [N] de fontes)

4.3 – Um jornalismo que se faz à escala nacional e que valoriza a capital

Na geografia das fontes, predominam as fontes nacionais, como confirma a Tabela 6. As fontes de origem internacional são escassas, apesar de terem registado um aumento gradual durante o período em análise. Aí, predominam as fontes europeias e, depois, as norte-americanas. O hemisfério sul é quase invisível neste mapa noticioso. Conjugando o local da fonte com o local do acontecimento, evidencia-se uma coincidência entre ambos. Os acontecimentos europeus desencadeiam fontes europeias, os acontecimentos do Norte do país abrem espaço a fontes nortenhas... Não se trata propriamente de uma regra, mas a tendência torna-se vincada. No entanto, há aqui algumas variações que importa reter. Por exemplo, nos eventos que se localizam na área da Grande Lisboa, há uma maior percentagem de interlocutores que falam à escala nacional, o que se percebe pela proximidade das fontes oficiais que normalmente representam o país. Também em eventos internacionais se nota um recurso a fontes nacionais. Fala-se do que se passa lá fora, mas frequentemente procuram-se opiniões dos que estão em Portugal.

Integrando uma cada vez maior espiral do silêncio está uma parte considerável do país que somos: Centro, Alentejo, Algarve e Ilhas quase não têm voz ativa no que toca à saúde. Estas regiões também quase nunca são notícia neste campo.

Comparando os três jornais, constata-se que o *Público* acompanha a tendência geral de domínio das fontes nacionais (55,6%), seguidas de fontes da capital (8,9%). Isso acontece tanto se olharmos cada ano individualmente como os dados gerais. O *Expresso* também recorre mais às fontes nacionais (46,9%), seguidas daquelas que habitam a zona da Grande Lisboa (19,7%). Esta tendência é invertida no *Jornal de Notícias*, jornal popular com redação sediada no Porto, que prefere as fontes dessa região. Senão veja-se: logo a seguir à percentagem de 51,4% de fontes nacionais, surgem as fontes da região Norte (17,3%) e só depois as da região de Lisboa (7,4%). Estes resultados confirmam a influência que tem a localização da redação central no noticiário produzido. Valorizam-se mais os acontecimentos e as fontes que estão próximas da fábrica de notícias, como é natural, embora os jornalistas contrariarem essa leitura, alegando que, mais do que a proximidade geográfica da redação, importa a facilidade que têm em contactar (muitas vezes telefonicamente) determinada fonte.⁵

| Ano Geografia das fontes | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Nacional | 52,3 | 1692 | 51,2 | 1911 | 56,3 | 2164 | 53,9 | 2430 | 50,3 | 1708 | 52,9 | 9905 |
| Norte | 8,2 | 264 | 8,4 | 314 | 10,5 | 403 | 13,7 | 617 | 15,2 | 515 | 11,3 | 2113 |
| Centro | 6,3 | 203 | 2,8 | 106 | 4,2 | 162 | 4,3 | 196 | 4,9 | 165 | 4,4 | 832 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 9,5 | 307 | 10,6 | 397 | 8,8 | 338 | 8,9 | 401 | 9,0 | 307 | 9,3 | 1750 |
| Alentejo | 0,9 | 29 | 0,6 | 21 | 0,7 | 26 | 0,4 | 16 | 0,6 | 21 | 0,6 | 113 |
| Algarve | 1,5 | 47 | 0,3 | 13 | 0,4 | 14 | 0,6 | 27 | 0,3 | 11 | 0,6 | 112 |
| Ilhas | 0,3 | 10 | 0,2 | 9 | 0,1 | 2 | 0,2 | 11 | 0,3 | 10 | 0,2 | 42 |
| Internacional | 1,8 | 59 | 5,3 | 197 | 3,7 | 141 | 2,8 | 125 | 3,9 | 134 | 3,5 | 656 |
| América do Norte | 4,4 | 142 | 4,7 | 176 | 3,3 | 128 | 2,0 | 91 | 3,1 | 106 | 3,4 | 643 |
| América do Sul | 0,5 | 17 | 0,2 | 8 | 0,1 | 5 | 0,4 | 16 | 0,6 | 19 | 0,3 | 65 |
| Ásia e Oceânia | 0,5 | 16 | 0,3 | 12 | 0,1 | 4 | 0,3 | 15 | 0,3 | 11 | 0,3 | 58 |
| Europa | 8,9 | 287 | 8,3 | 311 | 5,5 | 211 | 5,8 | 262 | 3,9 | 134 | 6,4 | 1205 |
| África | 0,5 | 17 | 0,3 | 11 | 0,3 | 10 | 0,2 | 11 | 0,1 | 3 | 0,3 | 52 |
| América Central | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,3 | 13 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 0,1 | 14 |
| Não indicado | 4,5 | 146 | 6,6 | 246 | 5,6 | 214 | 6,5 | 293 | 7,4 | 251 | 6,1 | 1150 |

Tabela 6 – Geografia das fontes por ano (percentagem [%] e número [N] de fontes)

4.4 – A primazia das fontes organizadas

Tal como já havíamos assinalado noutros trabalhos, os textos jornalísticos que falam de saúde destacam essencialmente fontes ligadas a esse campo⁶. No entanto, há grandes discrepâncias nos grupos ouvidos. As fontes oficiais, nomeadamente aquelas ligadas ao poder político ou as que ocupam cargos de direção em organismos públicos, têm sempre bastante protagonismo (Exemplos: Ministério da Saúde, Direção-Geral da Saúde, Infarmed, Entidade Reguladora da Saúde, Administração Central dos Sistemas de Saúde, coordenadores de programas nacionais para determinadas áreas da saúde, entre outras). As fontes especializadas também são um grupo que merece a atenção dos jornalistas, mas aqui há um elemento distintivo que importa considerar: uma fonte tem mais valor quando integrada numa lógica institucional do

⁵ Foram feitas entrevistas semiestruturadas a vários jornalistas da imprensa portuguesa, abrangendo os profissionais de jornais diários, semanários e revistas.

⁶ Quando falam de saúde, os jornalistas não acolhem muitas fontes de informação fora desse campo. Quem não cruza a sua área profissional/de ação com a da saúde não tem muitas hipóteses de ser ouvido enquanto fonte de informação. O que faz sentido. Quando tal acontece, a maior parte daqueles que são ouvidos ocupam cargos institucionais em campos diversos (economia, justiça, universidades...).

que enquanto elemento individual. Neste grupo, os médicos são os mais solicitados (10,1% do total e quase metade das fontes especializadas institucionais), seguidos dos farmacêuticos (2,3% do total) e dos investigadores (2,2% do total). Há, portanto, uma continuidade já registada (Lopes *et al.*, 2011) na escolha de fontes de informação ligadas ao poder político ou que ocupam cargos de direção em organismos públicos, bem como de fontes especializadas integradas numa lógica institucional, característica que lhes confere mais valor do que se falassem a nível individual. Os médicos continuam ainda a representar quase metade das fontes especializadas e institucionais.

Percorrendo cada um dos jornais em análise, o *Público* e *Jornal de Notícias* acompanham a tendência geral⁷, preferindo as fontes oficiais e as especializadas institucionais. No entanto, o jornal nortenho recorre a uma percentagem menor de fontes especializadas e institucionais, queda que se verifica também nas citações de médicos, que têm vindo a diminuir de ano para ano. O *Expresso* também prefere as fontes oficiais e especializadas institucionais, mas as respetivas percentagens são expressivamente maiores do que aquelas registadas nos jornais diários.

No grupo daqueles que pouco falam com os jornalistas, estão os bombeiros e os enfermeiros⁸, havendo um registo mais significativo no *Público* no caso dos enfermeiros. No *Expresso* os enfermeiros e os bombeiros apresentam resultados abaixo de um valor percentual. O *Jornal de Notícias* dá mais voz a estas “margens silenciadas”. Também os pacientes e o cidadão comum são vozes com pouca representação nos artigos jornalísticos. É no *Jornal de Notícias* e no *Expresso* que os pacientes encontram maior eco. A opção pela reportagem em maior número de textos e a multiplicação de fontes podem explicar a maior visibilidade do cidadão comum no semanário do grupo *Impresa*.

| Ano | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Total | |
|------------------------|-----------------------------------|------|-----|------|------|------|-----|------|------|------|-----|-------|------|
| Estatuto | | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N |
| Campo da saúde | Oficiais | 21,1 | 718 | 28,8 | 1084 | 22,9 | 881 | 19,1 | 863 | 18,9 | 641 | 22,3 | 4177 |
| | Especializadas Institucionais | 23,5 | 762 | 20,5 | 767 | 21,2 | 815 | 23,0 | 1039 | 22,5 | 765 | 22,1 | 4148 |
| | Especializadas não-institucionais | 10,5 | 342 | 8,0 | 298 | 9,7 | 373 | 5,3 | 238 | 7,2 | 246 | 8,0 | 1497 |
| | Documentos | 3,0 | 378 | 8,7 | 326 | 10,8 | 416 | 12,8 | 578 | 16,0 | 543 | 12,0 | 2241 |
| | Media/sites/blogues | 3,0 | 96 | 2,1 | 79 | 2,1 | 80 | 2,0 | 88 | 3,4 | 115 | 2,4 | 458 |
| | Pacientes/familiares | 3,5 | 115 | 2,2 | 83 | 3,5 | 136 | 5,7 | 257 | 3,8 | 128 | 3,8 | 719 |
| Fora do campo da saúde | Oficiais | 2,3 | 76 | 4,6 | 172 | 3,0 | 116 | 3,9 | 175 | 3,9 | 133 | 3,6 | 672 |
| | Especializadas Institucionais | 8,0 | 260 | 6,9 | 259 | 8,3 | 320 | 6,6 | 297 | 7,4 | 252 | 7,4 | 1388 |
| | Especializadas não-institucionais | 2,0 | 51 | 1,2 | 44 | 1,9 | 74 | 1,7 | 78 | 1,9 | 66 | 1,7 | 313 |
| | Media | 8,0 | 259 | 8,0 | 300 | 6,4 | 247 | 9,9 | 445 | 6,5 | 221 | 7,9 | 1472 |
| | Documentos | 1,8 | 59 | 1,8 | 68 | 4,3 | 165 | 3,3 | 149 | 2,7 | 90 | 2,8 | 531 |
| | Cidadão comum | 1,6 | 53 | 3,1 | 116 | 1,7 | 66 | 1,8 | 83 | 1,4 | 48 | 2,0 | 366 |
| | Jet-set/celebridades | 0,1 | 4 | 0,2 | 6 | 0,1 | 2 | 0,1 | 6 | 0,3 | 11 | 0,2 | 29 |
| | Outros | 1,5 | 48 | 2,8 | 106 | 2,1 | 81 | 3,0 | 134 | 1,6 | 53 | 2,3 | 422 |
| | Sem indicação de estatuto | 0,6 | 21 | 0,9 | 35 | 1,9 | 72 | 1,8 | 82 | 2,5 | 84 | 1,6 | 294 |

Tabela 7 – Estatuto das fontes por ano (percentagem [%] e número [N] de fontes)

⁷ A evolução anual do *Público* mostra algumas oscilações de crescimento percentual nos primeiros três anos no que toca às fontes oficiais, para descer nos dois últimos anos. Esta tendência é acompanhada pelo *Jornal de Notícias*, cujo decréscimo se regista já em 2010.

⁸ Com valores ainda mais baixos de referência temos ainda os psicólogos, os nutricionistas e os assessores.

Neste ponto, há que salientar as fontes não-pessoais. No campo da saúde, destacam-se os *media* especializados (1,7% do total de citações, muitas vezes integrando artigos sobre descobertas científicas) e os documentos: 12% dos textos citam, na sua maior parte, documentos oficiais (provenientes do Governo e da Assembleia da República) e especializados (normalmente estudos científicos nacionais ou internacionais). Estes últimos surgem com maior frequência no *Público* e no *Jornal de Notícias*, tendo menor expressão no *Expresso*, apesar de o semanário publicar mais artigos sobre investigação do que os diários. Também nas fontes não-pessoais é importante sublinhar a citação dos *media*: há uma percentagem considerável de textos (quase 8% do total) onde se citam outros órgãos de comunicação social. Essa estrutura circular da informação, de que fala Pierre Bourdieu (1997), faz-se sentir mais nos jornais diários.

Considerações finais

Tendo como missão social explicar aos cidadãos o que sucede, porque sucede e o que é possível suceder a partir do momento em que um acontecimento eclode, o jornalismo em geral não tem um trabalho simplificado. No caso concreto do jornalismo da saúde, grande parte dos cidadãos encontra nos *media* o seu principal meio de informação e de participação na “grande aventura do conhecimento” (Moreno Espinosa, 2010). As notícias de saúde têm um papel importantíssimo na prevenção, na detecção, nos diagnósticos das doenças (Kreps, 2003) e na adopção de estilos de vida saudável (Radley *et al*, 2006). Há muito que este campo deixou de se circunscrever ao binómio saúde/doença, cabendo agora aqui temas diversos.

Percorrendo aquilo que entre 2008 e 2012 foi notícia, não podemos dizer que a imprensa portuguesa tenha contribuído para a construção daquilo que Hodgetts *et al*. (2008: 43) consideram de importância vital: “*uma vibrante esfera pública da saúde*”. Os Retratos de Situação e os assuntos relacionados com Políticas de Saúde esgotaram grande parte dos motivos de noticiabilidade. Briggs e Hallin (2010) explicam que a saúde e a política andam a par e que a saúde é um dos campos que mais envolve a política. Aliás, considerando que as fontes mais citadas são, igualmente, as fontes políticas, não parece surpreendente que os jornalistas lhes confirmem uma primazia nas páginas dos jornais. Tanner e Friedman (2011) confirmam, no seu estudo sobre as notícias de saúde publicadas em *sites* de televisões locais norte-americanas, uma influência das fontes governamentais nas peças noticiosas. Esta influência, em geral, das fontes oficiais nos contornos das notícias já tinha sido, há muito, mencionada por Gans (1980). Parece, pois, inegável a força que o campo político exerce na saúde. No entanto, os jornalistas poderiam ter apostado mais em temas relacionados com a prevenção, com atos clínicos ou com ações de cidadania... Teríamos, assim, um noticiário mais diversificado e, decerto, mais plural nas vozes citadas. Não é esse o retrato que encontramos. No que toca ao jornalismo de saúde em Portugal, e no que respeita aos jornais *Público*, *Jornal de Notícias* e *Expresso*, essa esfera pública constrói-se, essencialmente, através de textos jornalísticos em género de notícia, que se apresentam em títulos negativos ou neutros/ambíguos. Os artigos são, na sua maioria, de tamanho médio, o que não proporciona espaço a muitas fontes.

No processo de construção da informação sobre saúde, há um elemento que sobressai: as fontes de informação. O papel da fonte é fundamental, sobretudo quando se aborda o jornalismo desde uma perspetiva de responsabilidade social, que é o nosso modo de aproximação a este campo. Uma fonte de informação tem um dever inviolável para com a verdade institucional, mas, porque nem sempre este valor é prioritário na comunicação estratégica, o jornalismo tem a obrigação de fazer um escrutínio rigoroso das informações fornecidas. Qualquer dado mal ponderado, qualquer erro pode gerar um clima de alarme social, de efeitos incontrolláveis, como, aliás, constatámos num estudo sobre a gripe A (Lopes *et al*, 2010). Com o

objetivo de assegurar a veracidade daquilo que transmitem, os jornalistas devem procurar fontes credíveis, encontrando nas vozes oficiais alguma segurança quanto à fiabilidade da informação transmitida. É assim na mediatização de todos os campos sociais. É assim na mediatização dos assuntos de saúde. Em Portugal e noutros países (Terrón Blanco, 2011; Hodgetts *et al.*, 2008).

Esta visibilidade maioritária das fontes oficiais não é exclusiva da saúde (Berkowitz, 1987) e está também ligada às próprias rotinas e exigências do trabalho dos jornalistas. Constituídas frequentemente numa espécie de confraria (Lopes, 2007), as fontes têm por trás de si uma estrutura bem organizada de gabinetes e assessores de comunicação que, no entanto, atuam de forma invisível. Por outro lado, o campo da saúde, pela sua complexidade, abre espaço a outro tipo de fontes: as especializadas institucionais, ou seja, fontes do campo que se apresentam em público enquanto detentoras de cargos. São fontes que dominam uma linguagem mais técnica, muitas vezes expressa através de metáforas⁹, mas que podem também influenciar a opinião pública através dos *media* (Kuvrand, 2012).

Se há fontes que falam muito, outras falam pouco ou quase não falam, avolumando uma perversa espiral do silêncio. Referimo-nos aos pacientes e seus familiares, bem como ao cidadão comum. Os primeiros são mais abordados pelos jornalistas, quando os temas oscilam entre os Retratos de Situação e as Práticas Clínicas e Tratamentos ou quando o texto se apresenta como uma reportagem ou multiplica o número de fontes. Para quebrar este círculo vicioso do monocronismo testemunhal, seria imprescindível alargar o cerco daqueles que falam, procurar outros indivíduos e outras fontes documentais que trouxessem mais pluralismo à noticiabilidade produzida. Não seria, decerto, necessário calar aqueles que já têm direito à palavra. Bastaria multiplicar o número de fontes citadas em cada artigo de saúde que, no caso dos jornais diários, se resume, em termos médios, a uma ou duas.

No que concerne à geografia das fontes de informação, à semelhança da geografia das notícias, nota-se uma valorização de tudo o que tenha um âmbito nacional. No entanto, a tendência dos primeiros anos desta investigação para um enfoque na área da Grande Lisboa está a começar a dar lugar a fontes e eventos originários do Norte do país. Para tal contribui o número expressivo de artigos de saúde publicados no *Jornal de Notícias*. Se nos detivermos na distribuição das fontes nortenhas, percebemos que quase 70% são citadas pelo jornal com redação no Porto.

Em jeito final, queremos desafiar fontes de informação e jornalistas para, juntos, procurarem construir um jornalismo da saúde mais esclarecedor naquilo que se torna noticiável, mais diversificado nos temas de que se fala, mais descentralizado na cobertura mediática e nas pessoas a quem se dá voz, mais plural no estatuto das fontes de informação citadas, mais equilibrado na preferência por homens e mulheres que são notícia, mais diferenciado nos géneros jornalísticos que escolhe para dar forma aos seus textos. Só assim, poderemos acreditar numa esfera pública da saúde com outra vitalidade.

Referências bibliográficas

- Berkowitz (1987) 'TV News Sources and News Channels: A Study in Agenda-Building', *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 64: 508-513.
- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a televisão*, Oeiras: Celta Editora.
- Briggs, C.L. & Hallin, D.C. (2010) 'Health reporting as political reporting: Biocommunicability and the public sphere', *Journalism*, 11: 149-165.
- Camps, V. (1998) *El Siglo de las Mujeres*, Madrid: Celta.

⁹ Este recurso persistente a determinados especialistas, com quem os jornalistas mantêm já um contato constante, foi confirmada em várias entrevistas aos profissionais de imprensa escrita nacional.

- Chong, M. (2006) 'A crisis of epidemic proportions: what communication lessons can practitioners learn from the Singapore SARS crisis?', *Public Relations Quarterly*, 51 (1), 6-10.
- Gans, H.J. (1980) *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, New York: Vintage Books.
- Gomes, S. (2012) *Jornalismo de saúde: prevenir ou remediar? Análise dos textos de saúde dos jornais: Público, Jornal de Notícias e Expresso de 2011*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- Hodgetts, D., Chamberlain, K., Scammell, M., Karapu, R. & Nikora, L.W. (2008) 'Constructing Health News: possibilities for a civic-oriented journalism', *Health*, 12(1): 43-66.
- Kline, K.N. (2006) 'A decade of research on health content in the media: the focus on health challenges and sociocultural context and attendant informational and ideological problems.' *Journal of Health Communication*, 11: 43-59
- Kreps, G. (2003). 'The impact of communication on cancer risk, incidence, morbidity, mortality, and quality of life', *Health Communication*, 15(2): 161-169.
- Kruvand, M. (2012). "Dr. Soundbite": The Making of an Expert Source in Science and Medical Stories', *Science Communication*, 34(5): 566-591.
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Fernandes, L. & Gomes, S. (2012a) 'Transplantes em notícia: um jornalismo delineado em factos declinados por fontes oficiais', *Revista Organicom*, 9(16/17): 328-348. <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/514> (acedido em 11/2012)
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2012b) 'E. Coli: uma doença em notícia em discursos de incerteza e contradição', *Observatório (OBS*) Journal*, 6(1): 159-181. <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/539> (acedido em 11/2012)
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2012c) 'A saúde em notícia entre 2008 e 2010: retratos do que a imprensa portuguesa mostrou', *Comunicação e Sociedade*, Número Especial: 129-170.
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2011) 'Jornalismo de Saúde e fontes de informação: uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010', *Derecho a Comunicar*, 2: 100-120.
- Lopes, F., Ruão, T. & Marinho, S. (2010) 'Gripe A na Imprensa Portuguesa: uma doença em notícia através de uma organizada estratégia de comunicação', *Observatório (OBS*) Journal*, 4(4): 139-156.
- Lopes, F. (2007) *A TV das Elites*, Lisboa: Campo das Letras.
- Moreno Espinosa, P. (2010) 'Periodismo biomédico, nuevos contenidos mediáticos', *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 16: 319-330.
- McAllister, M. (1992) 'AIDS, Medicalization and the News Media' in Edgar, T., Fitzpatrick, M.A. & Freimuth, V.S., *A Communication Perspective*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associated Hillsdale, pp.195-221.
- Paek, H.-H., Hilyard, K., Freimuth, C.S., Barge, J. K. & Mindlin, M. (2008) 'Public Support for Government Actions during a Flu Pandemic: lessons learned from a statewide survey', *Health Promotion Practice*, 9, 4, 60-72.
- Radley, A., Cheek, J. & Ritter, C. (2006) 'The making of health reflection on the first 10 years in the life of a journal', *Health*, 10.
- Reynolds, B. & Seeger, M. W. (2005) 'Crisis and Emergency Risk Communication as an integrative model', *Journal of Health Communication*, 10, 43 – 55.

- Schwitzer, G. (1992). 'The magical medical media tour', *Journal of the American Medical Association*, 267(14): 1969-1971.
- Tanner, A. & Friedman, D. (2011) 'Authorship and Information Sourcing for Health News on Local TV Web Sites: An Exploratory Analysis', *Science Communication*, 33(1): 1-27.
- Terrón Blanco, J. L. (2011) 'El tratamiento del VIH-Sida en los periódicos españoles, una investigación colaborativa', *Revista Comunicación y Salud*, 1(1): 4-17.